CMAS
Conselho Municipal de Assistência Social

REGIMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE HIDROLÂNDIA - CEARÁ

ÍNDICE

Capítulo I
Da Composição, Organização e Funcionamento

Capítulo II
Dos Conselheiros

Capítulo III
Disposições Gerais

Rua Tenente Hermógenes de Aquino, S/N, CEP 62270-000, Centro – Hidrolândia – CE
E-mail: cdosconselhos@gmail.com

CMAS
Conselho Municipal de Assistência Social

NATUREZA DO CMAS

Art. 1° - O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, instituído pela Lei n.° 937 de 28 de Setembro de 2017, é Órgão Colegiado de natureza deliberativa, com representação paritária entre representantes governamentais e da sociedade civil, e fiscalizador das atividades de Assistência Social do Município, de caráter permanente, tendo seu funcionamento regulado por este Regimento.

CAPÍTULO I
DA COMPOSIÇÃO, ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

SEÇÃO I
DA COMPOSIÇÃO

Art. 2° - O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS é composto por dez (10) Conselheiros (as) e seus respectivos suplentes, de acordo com os critérios contidos na Lei n.º 937 de 28 de Setembro de 2017, nomeados e empossados pela Prefeita.

Parágrafo Único: Os representantes de Executivo Municipal são indicados pelos Titulares dos Órgãos que possuem assento no CMAS, em comum acordo com o Gabinete da Prefeita.

Art. 3° - Os representantes da Sociedade Civil serão escolhidos de acordo com os mecanismos previstos nas Resoluções de nº 25 e 26, de 16 de fevereiro de 2006, do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, e outras normas que vierem substituí-las.

Art.4° - As Entidades e o Governo poderão, a qualquer tempo, realizar a substituição de seus respectivos representantes, através de comunicação expressa, encaminhada à presidência do CMAS.

Art.5° - Será substituído pelo governo ou pela Entidade/organização de Assistência Social representada, o(a) Conselheiro (a) que renunciar ao seu mandato.

§ 1° - perderá o mandato o (a) Conselheiro (a) titular que deixar de comparecer, sem justificativa por escrito, a três (03) reuniões consecutivas ou a cinco (05) intercaladas. As justificativas não aceitas pela plenária serão objeto de notificação pelo CMAS à instituição.

§ 2° - serão consideradas abonadas as faltas por motivo de doença ou falecimento até o terceiro (3°) grau de parentesco.

§ 3° - a presença do (a) Conselheiro (a) suplente na Reunião Plenária não abona a falta do (a) Conselheiro (a) titular.

Art. 6° - Os (as) Conselheiros (as) do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS e seus respectivos suplentes são nomeados e empossados pela Prefeita, para mandato de dois (02) anos, permitida uma única recondução por igual período.

Art. 7º - O CMAS conta em sua organização com:

I - Plenária;

II – Mesa Diretora;

III- Secretaria - Executiva;

IV – Comissões Técnicas.

Art. 8º - A Plenária do Conselho Municipal de Assistência Social é a instância de deliberação máxima configurada pela Reunião Ordinária ou Extraordinária dos seus (suas) Conselheiros (as).

§ 1º - a plenária do Conselho Municipal de Assistência Social instalar-se-á e deliberará com a presença da maioria simples de seus (suas) Conselheiros (as);

§ 2º - as deliberações acerca de assuntos que dizem respeito às diretrizes gerais para a Política Municipal de Assistência Social, Fundo, Orçamento e Plano Municipal de Assistência Social, exigirá a presença da maioria simples de seus (suas) Conselheiros(as);

§ 3º - os (as) Conselheiros (as) suplentes do Conselho deverão participar das plenárias, sendo garantido o seu direito a voz, sem direito a voto quando presente o titular;

§ 4º - os (as) Conselheiros (as) suplentes serão automaticamente chamados a exercer o voto, quando ausente o respectivo do Conselheiro (a) titular;

§ 5º - a plenária será presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social que, em sua falta ou impedimento, será substituído pelo Vice-Presidente, e no caso de ausência ou impedimento de ambos, a plenária elegerá entre seus (suas) conselheiros (as), um (uma) Presidente para conduzir a Reunião;

§ 6º - as deliberações serão tomadas por maioria simples dos presentes;

§ 7º - a votação será nominal e/ou por aclamação, conforme deliberação da Plenária, e cada Conselheiro (a) titular terá direito a um voto;

§ 8º - as declarações de voto deverão ser consignadas em Ata da reunião a pedido do (a) Conselheiro (a) que o proferiu;

§ 9º - as plenárias serão públicas, salvo quando tratar de matéria sujeita a sigilo, conforme deliberação da plenária.

Art. 9º – Os trabalhos da Plenária obedecerão a seguinte ordem:

I - verificação de presença e da existência de quórum para instalação da Plenária;

II - apreciação e votação das Atas das reuniões anteriores;

III - aprovação de ordem do dia;

IV - comunicações breves;

V - apresentação, discussão e votação das matérias;

VI - encerramento.

Art. 10 – A deliberação das matérias sujeitas à votação obedecerá a seguinte ordem:

I - o Presidente dará a palavra ao relator, que apresentará seu Parecer por escrito e oralmente;

II - terminada a exposição, a matéria será posta em discussão; e encerrada a discussão, far-se-á a votação;

III - a leitura do Parecer do Relator poderá ser dispensada, a critério da relatoria, se previamente, com a convocação da reunião, tiver sido distribuída cópia a todos os (as) Conselheiros (as).

Art. 11 – O (a) conselheiro (a) que não se julgar suficientemente esclarecido poderá pedir vista da matéria.

§ 1º - o prazo de vista será até a data da próxima reunião, mesmo que mais de um (uma) Conselheiro (a) o solicite, podendo, a juízo da Plenária, ser prorrogado por mais uma (01) reunião;

§ 2º - após entrar na pauta de uma reunião, a matéria deverá ser obrigatoriamente votada, no prazo máximo de duas (02) reuniões.

Art. 12 – A Ordem do Dia, organizada pela Secretaria - Executiva, será apresentada no início da reunião.

§ 1º - os (as) conselheiros (as), comissões técnicas ou grupos de trabalho poderão requerer inclusão de pauta para a reunião, cuja conveniência será imediatamente deliberada pela Plenária;

§ 2º - em caso de urgência ou de relevância, a plenária do Conselho Municipal de Assistência Social, por voto da maioria simples, poderá alterar a ordem do dia.

Art. 13 – A cada reunião será lavrada uma (01) Ata com explanação sucinta dos trabalhos, conclusões e deliberações, a qual depois de aprovada pela Plenária em Sessão Ordinária deverá ser assinada em livro próprio, com posteriores assinaturas do Presidente e do Secretário Executivo, sendo que suas deliberações serão publicadas, na forma de Resolução, no Diário Oficial e/ou veículos de Comunicação de massa.

Art. 14 – As datas de realização das Reuniões Ordinárias do Conselho Municipal de Assistência Social serão estabelecidas em Cronograma Anual.

Art. 15 – É facultado aos conselheiros (as) solicitar o reexame, por parte da plenária, de qualquer deliberação normativa exarada na reunião anterior, justificando possível ilegalidade, incorreção, inadequação técnica ou outra natureza.

DA MESA DIRETORA

Art. 16 - Na primeira Reunião Ordinária, o Conselho elegerá com aprovação da maioria absoluta de seus membros titulares e/ou suplentes na titularidade, o (a) Presidente e Vice-presidente para cumprir mandato de um (01) ano, permitida uma (01) recondução por igual período.

§1º - Ficam asseguradas a representação do governo e da sociedade civil na Presidência e na Vice - Presidência do CMAS, e a alternância dessas representações em cada mandato, com exceção dos casos de recondução.

§2º - Em caso de vacância e impedimento da Presidência e da Vice - presidência, far-se-á um novo processo de eleição para o preenchimento da vaga.

Art. 17 – Ao Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social compete:

I. representar extrajudicialmente o Conselho Municipal de Assistência Social;

II. convocar e presidir as reuniões do CMAS;

III. submeter à ordem do dia a aprovação do Plenário do Conselho;

IV. colocar em votação as matérias apresentadas e discutidas nas plenárias;

V. Assinar Resoluções, Atos Convocatórios, Expedientes Administrativos e outros.

PARÁGRAFO ÚNICO: Ao Vice - Presidente compete substituir o Presidente, em sua falta ou impedimento.

Art. 18 – Aos membros do Conselho Municipal de Assistência Social compete:

I. participar da Plenária e das Comissões Técnicas ou Grupos de trabalho para os quais foram designados, analisando, emitindo pareceres e proferindo seu voto sobre assuntos pertinentes em discussão;

II. requerer votação de matéria em regime de urgência;

III. propor a criação de Comissões ou Grupos de Trabalho, bem como sugerir nomes dos seus componentes;

IV. votar sobre as propostas, pareceres e recomendações emitidos pelas Comissões ou Grupos de Trabalho;

V. apresentar moções ou proposições sobre assuntos de interesse da Assistência Social;

VI. fornecer, quando solicitados pelos demais membros ou sempre que julgar importante para conhecimento e apreciação do Conselho, todos os dados e informações a que tenha acesso ou que se situem nas respectivas áreas de competência do Conselho;

VII. requisitar à Secretaria - Executiva e aos demais membros do Conselho todas as informações que julgarem necessárias ao desempenho de suas funções;

VIII. exercer outras atividades que lhe sejam atribuídas pelo Presidente do Conselho ou pela Plenária, estando para isso devidamente credenciado.

Art. 19 – Aos Coordenadores das Comissões Técnicas e/ou Grupos de Trabalho compete:

I. coordenar reuniões das Comissões Técnicas e/ou Grupos de Trabalho;

II. assinar as atas das reuniões e das propostas, pareceres e recomendações elaboradas pela Comissão Técnica e/ou Grupo de Trabalho, encaminhando-as à Secretaria-Executiva do Conselho;

III. solicitar à Secretaria - Executiva do Conselho apoio necessário ao funcionamento da respectiva Comissão Técnica e/ou Grupo de Trabalho;

IV. prestar contas, junto à Plenária, dos recursos colocados à disposição da Comissão Técnica e/ou Grupo de Trabalho.

SECRETÁRIO (a) EXECUTIVO (a)

Art. 20 – Ao Secretário (a) Executivo (a) do Conselho Municipal de Assistência Social compete:

I. promover e praticar os atos de gestão administrativa necessários ao desempenho das atividades do Conselho;

II. dar suporte técnico - operacional para o CMAS, com vistas a subsidiar suas deliberações e recomendações;

III. articular - se com os outros Conselhos setoriais e com as Comissões e Grupos de Trabalho do CMAS;

IV. executar outras atividades que lhe sejam atribuídas pelo (a) Presidente do Conselho ou pela Plenária.

V. levantar e sistematizar as informações que permitam ao Conselho Municipal de Assistência Social tomar as decisões previstas em Lei;

VI. executar atividades técnico - administrativas de apoio e de Assessoria ao Conselho, articulando - se com os Conselhos setoriais que tratam das demais Políticas Sociais;

VII. expedir atos de convocação de reuniões, por determinação do (a) Presidente;

VIII. auxiliar o (a) Presidente na preparação das pautas, classificando as matérias por ordem cronológica de entrada no Protocolo, e distribuindo - as aos membros do Conselho, para conhecimento;

IX. preparar, publicar, no Diário Oficial do Município e/ou meio de comunicação de massa, as decisões proferidas pelo Conselho;

X. secretariar as reuniões, lavrar as atas e promover medidas necessárias ao cumprimento das decisões do Conselho.

XI. fornecer suporte técnico suplementar ao Conselho Municipal de Assistência Social;

XII. desempenhar outras atribuições que lhe forem conferidas.

§ 1° - a Secretaria - Executiva contará com o apoio de uma Equipe Técnica e Administrativa constituída de servidores do quadro do Órgão Gestor da Assistência Social, responsável pela Coordenação da Política Municipal de Assistência Social e/ou requisitados de outros Órgãos da Administração Pública, em conformidade com a legislação pertinente, para cumprir as funções designadas pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

§ 2º - a alocação de recursos humanos e materiais, inclusive financeiros, necessários ao pleno funcionamento e representação do Conselho Municipal de Assistência Social e de suas Comissões Técnicas estará a cargo do Órgão Gestor da Assistência Social.

COMISSÕES TÉCNICAS

Art. 21 – O Conselho Municipal de Assistência Social instituirá, as seguintes Comissões Técnicas:

I - Comissão Técnica de Cadastro, Inscrição, Fiscalização e Acompanhamento de Entidades Governamentais e Não Governamentais de Assistência Social;

II - Comissão Técnica de Articulação, Mobilização e Comunicação;

III - Comissão Técnica de Orçamento e Financiamento de Assistência Social;

IV - Comissão Técnica de Políticas e Programas.

PARÁGRAFO ÚNICO: Poderão ser constituídas as Comissões Especiais, com o objetivo de processar análise, elaborar propostas, pareceres e recomendações que subsidiem as decisões da Plenária, em assuntos extraordinários àqueles das demais Comissões Técnicas, ou que justifiquem tratamento diferenciado.

Art. 22 – As Comissões Técnicas e/ou Grupos de Trabalho serão constituídos por membros indicados pelo Plenário e designados pelo Presidente do Conselho.

§ 1º - As Comissões Técnicas ou Grupos de Trabalho serão dirigidos por um Coordenador (a) e um Relator (a), eleitos entre os seus membros;

§ 2º - As Comissões Técnicas são formadas paritariamente, devendo ainda ser compostas por conselheiros (as) titulares e suplentes;

§ 3º - Os Grupos de trabalhos poderão ser compostos por conselheiros (as) e convidados (as) do CMAS.

Art. 23 – O Conselho Municipal de Assistência Social poderá convidar entidades, autoridades, cientistas, técnicos nacionais e estrangeiros, para colaborar em estudos, pesquisas, ou participar de grupos de trabalhos instituídos no âmbito do próprio Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 24 – As Comissões Técnicas poderão convidar representantes de órgão federal, estadual ou municipal, empresa privada, sindicato ou entidade da sociedade civil, para comparecer às reuniões e prestar informações.

Art. 25 – Consideram-se colaboradores do Conselho Municipal de Assistência Social, entre outras, as instituições de ensino, pesquisa e cultura, organizações da sociedade civil, especialistas, profissionais da administração pública e privada, prestadores e usuários (as) da assistência social.

CAPÍTULO II
DOS CONSELHEIROS

Art. 26 – Compete aos Conselheiros (as):

I. comparecer às plenárias já tendo apreciado a ata da reunião anterior;

II. justificar por escrito as faltas em reuniões do Conselho;

III. assinar em livro próprio sua presença na reunião a que comparecer;

IV. solicitar à Mesa Diretora a inclusão, na agenda dos trabalhos, de assuntos que deseja discutir;

V. propor convocação das plenárias extraordinárias;

VI. relatar e discutir os processos que lhe foram atribuídos e neles proferir seu voto, emitindo parecer com fundamentação, dentro de no máximo quinze (15) dias;

VII. solicitar justificadamente, prorrogação do prazo regimental para relatar processos;

VIII. assinar atos e pareceres do processo em que for relator (a);

IX. declarar - se impedido de proceder a relatoria e participar de Comissões, justificando a razão do impedimento;

X. apresentar, em nome de comissão, voto, parecer, proposta ou recomendação por ela defendida;

XI. proferir declaração de voto quando assim o desejar;

XII. pedir vista de processo em discussão, devolvendo - o com Parecer, no prazo máximo de cinco (05) dias úteis, ou requerer adiamento da votação;

XIII. solicitar ao Presidente, quando julgar necessário, a presença, em plenárias, do postulante ou de titular de qualquer órgão, para prestar informações que se mostrarem indispensáveis;

XIV. propor alterações no Regimento do CMAS;

XV. votar e ser votado para cargos do Conselho;

XVI. requisitar à Secretaria - Executiva e solicitar aos demais Conselheiros (as) do Conselho todas as informações necessárias ao desempenho de suas atribuições;

XVII. fornecer à Secretaria - Executiva todos os dados e informações a que tenha acesso, ou que se situem na área de sua competência, sempre que os julgar importantes para o trabalho do Conselho, ou quando solicitados pelos demais membros;

XVIII. requerer votação de matéria em regime de urgência;

XIX. apresentar moções, requerimentos ou proposições sobre assuntos ligados à assistência social;

XX. deliberar sobre propostas, pareceres e recomendações emitidas pelas Comissões Técnicas;

XXI. exercer atribuições no âmbito de sua competência ou outras designadas pela Plenária;

XXII. participar de eventos de capacitação e aperfeiçoamento na área da assistência social;

XXIII. elaborar relatórios das reuniões das Comissões Externas para as quais foi designado pela Plenária para representar o CMAS;

XXIV. participação das Conferências Nacionais, Estaduais, Regionais e Municipais de Assistência Social.

CAPÍTULO III
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 27 – Os (as) Conselheiros (as) do CMAS não receberão qualquer remuneração por sua participação no Colegiado, e os serviços prestados serão considerados (as), para todos os efeitos, como de interesse público e de relevância social.

Parágrafo Único: A cobertura das despesas com transporte e locomoção, estada e alimentação não serão considerados remuneração.

Art. 28 – Fica facultado aos Conselheiros (as) o direito de requerer à Mesa Diretora, a emissão de documento de identificação funcional do CMAS.

Art. 29 – O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, deverá proceder à solicitação da indicação dos novos representantes do Poder Público e da sociedade civil para novo mandato do Conselho, no prazo de sessenta (60) dias, antes do término do mandato dos (as) Conselheiros (as).

Art. 30 – É vedado a todos os (as) Conselheiros (as), representar, emitir pareceres e/ou posicionarem - se publicamente em nome do CMAS, sem prévia anuência da Plenária.

Art. 31 – Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento serão dirimidas pela Plenária do Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 32 – O presente Regimento entra em vigor na data de sua publicação, só podendo ser modificado por "quórum" da maioria simples de seus membros.

Hidrolândia - CE, 23 de Fevereiro de 2022.